

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA DE LAGOA DA PRATA

Especialista Educacional

LEIA COM ATENÇÃO!

- 01.** Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
- 02.** Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 30 (trinta) questões. Se não estiver completo, exija outro do fiscal da sala.
- 03.** Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa correta.
- 04.** Ao receber a folha de respostas, confira o nome da prova, o seu nome e número de inscrição. Qualquer irregularidade observada comunique imediatamente ao fiscal.
- 05.** Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois, transfira os resultados para a folha de respostas.
- 06.** Para marcar a folha de respostas, utilize apenas caneta esferográfica preta ou azul e faça as marcas de acordo com o modelo afixado no quadro. A marcação da folha de respostas é definitiva, não admitindo rasuras.
- 07.** Só marque uma resposta para cada questão.
- 08.** Não risque, não amasse, não dobre e não suje a folha de respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
- 09.** Se a Comissão verificar que a resposta de uma questão é dúbia ou inexistente, a questão será posteriormente anulada e os pontos, a ela correspondentes, serão atribuídos a todos os candidatos.
- 10.** Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. A interpretação das questões faz parte da avaliação (prova).





Prova de Língua Portuguesa

Entre o conselho e a ordem

Tenho uma boa notícia para você, leitor. Agora você já pode acreditar no que eu escrevo, porque, desde o último dia 17, não sou mais um charlatão. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em caráter definitivo que o diploma de jornalismo não é necessário para o exercício regular da profissão.

Como sói acontecer, todos os ministros do chamado Pretório Excelso presentes à sessão, menos o Marco Aurélio Mello, concordaram que a exigência do canudo violava os princípios constitucionais da liberdade de imprensa e da livre manifestação do pensamento.

Partilho dessa opinião. Não que até o dia 17 o Brasil vivesse sob o signo de Ahmadinejad, num estado de absoluto arbítrio e misericordiosa censura. Mas é forçoso reconhecer um país no qual se dispensam controles para definir quem pode e quem não pode escrever em jornais está mais perto da plenitude liberal democrática. Nunca é demais recordar que o decreto-lei 972/1969, que estabelecia a exigência do diploma, foi baixado pelo governo militar durante os anos de chumbo.

Não é esse, porém, o aspecto do julgamento que eu gostaria de ressaltar. O que me parece ser o ponto central é a questão da liberdade de ofício. O inciso XIII do artigo 5º da Carta estabelece: "É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer". Um velho provérbio alemão assevera que o diabo se esconde nos detalhes. Em que casos convém que o legislador regulamente uma profissão?

A maioria das pessoas dotadas de justo quinhão de bom senso tende a concordar que o licenciamento só é necessário para ofícios que requeiram um saber técnico bastante preciso, como medicina e engenharia, ou exijam alguma perícia específica, a exemplo de piloto de avião, cuja ausência represente ponderável risco para a população.

Um jornalista até pode divulgar informações falsas que acabam provocando grandes estragos. Mas buscar um conjunto de matérias teóricas que capacitem um estudante a tornar-se um bom repórter ou editor é tarefa fadada ao fracasso. Trocando em miúdos, podemos afirmar que o engenheiro, para fazer com que a ponte fique em pé, precisa ter cursado cálculo I e II e conhecer certas noções de física que podem ser aprendidas nas escolas politécnicas. O médico, para receitar uma droga, precisa saber algo de bioquímica e farmacologia. Mas o que dizer do jornalista? O

que ele precisa além de noções de português (em tese obtidas no processo de alfabetização) e de disposição para estudar um pouco o assunto de que vai falar? Talvez, se houvesse as disciplinas verdade I, II, III e IV, reconhecidas pelo MEC... Nunca é demais insistir, ninguém se torna ético só porque assistiu a aulas de ética na faculdade de filosofia. Afirmar, como se faz por aí, que escolas de jornalismo são garantia de bom comportamento moral no exercício da profissão faz tanto sentido quanto dizer que quem vai à missa não comete pecados. (...)

Como lembrou o sempre sensato ministro Celso de Mello, a regra geral deveria ser a liberdade de ofício. Entretanto, ele contou pelo menos cinco projetos de lei que tramitam no Congresso e tratam da regulamentação das profissões de modelo de passarela, designer de interiores, detetives, babás e escritores. Acrescento, por minha conta, as de demonstrador de mercadorias (PL 5451/09), cerimonialista (PL 5425/09), educador social (PL 5346/09), fotógrafo (PL 5187/09), depilador (PL 4771/09). Já resvalando no reino da fantasia, busca-se também regulamentar a ocupação de astrólogo (PL 6748/02) e terapeuta naturista (PL 2916/92). Pergunto-me como nossos solertes parlamentares puderam se esquecer de regular os ofícios de Papai Noel e das indispensáveis fadas.

Em muitos casos, as propostas são oportunamente esquecidas nos escaninhos do Legislativo (há um lado bom na inoperância do Congresso), mas nem sempre. Categorias mais poderosas como a de médicos e advogados obtiveram o que seria impensável num Estado verdadeiramente republicano. Os discípulos de Esculápio, por exemplo, conseguiram transformar em lei geral o Código de Ética que eles mesmos elaboraram. Já nossos nobres causídicos deram um novo significado à noção de lobby ao inscrever não em lei ordinária, mas na própria Constituição o direito de indicar juízes para praticamente todas as cortes do país e de propor ações diretas de inconstitucionalidade (privilégio reservado a poucos). Pior, cuidaram para que a Lei Maior do país trouxesse um dispositivo que atua como impedimento a que o cidadão represente a si mesmo em juízo – erro lógico que nega o próprio conceito de cidadania.

Gostaria que a extinção da exigência de diploma de jornalista fosse o primeiro passo num movimento mais geral de descorporativização do Estado, mas receio que seja apenas um caso isolado. A mentalidade cartorial-corporativista está bem arraigada na alma do brasileiro. É uma pena. Esse seria um bom momento para mudanças. As divisões clássicas entre as ciências estão ruindo. Faz cada vez menos sentido compartimentalizar o saber – e, conseqüentemente, o ensino – em ramos pré-definidos como física, química, biologia. A pesquisa de ponta se faz hoje através de

casamentos improváveis como aquele entre médicos e matemáticos (medicina baseada em evidências) ou entre economistas e neurocientistas (economia comportamental). A perseverar a inércia patrimonialista, enquanto o mundo estiver produzindo nova e boa ciência, nós por aqui estaremos paralisados: não teremos os especialistas necessários porque eles não saberão se devem contribuir para o conselho de biólogos ou a ordem dos estatísticos.

(Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/helioschwartzman/ult510u585738.shtml>)
Texto adaptado.

QUESTÃO 01

Conforme o 6º parágrafo do texto, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Cursar escolas de jornalismo não é garantia para um comportamento ilibado no exercício da profissão.
- (B) Os jornalistas, ao divulgar maledicências, enfraquecem os danos que podem causar.
- (C) Os engenheiros precisam de conhecimentos altamente técnicos, ensinados somente pelas universidades.
- (D) Buscar um conjunto de matérias teóricas, para capacitar um estudante a se tornar um bom repórter, será um sucesso.

QUESTÃO 02

Tendo em vista os três primeiros parágrafos do texto, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) Antes da decisão do STF, o Brasil vivia num estado de absoluto poderio e misericordiosa censura.
- (B) Foi baixado um decreto-lei, nos anos de repressão, garantindo o direito do livre exercício da profissão de jornalista.
- (C) O autor não pode mais ser considerado um trapaceiro, por causa da decisão, em caráter categórico, do STF.
- (D) Todos os magistrados enjeitaram que o diploma de jornalismo feria os princípios constitucionais da liberdade de imprensa.

QUESTÃO 03

De acordo com o 8º parágrafo do texto, pode-se afirmar:

- (A) A Constituição veda o direito do cidadão representar a si mesmo em juízo.
- (B) Todos os projetos de lei são levados à votação no Legislativo.
- (C) O Código de Ética dos causídicos foi elaborado por eles mesmos.
- (D) Os discípulos do Esculápio inscreveram na Carta Magna o direito de indicar juízes para todas as cortes do Brasil.

QUESTÃO 04

Com referência ao 5º parágrafo do texto, grande parte das pessoas com bom senso:

- (A) Difere que o licenciamento da profissão está fadado ao revés.
- (B) Anui que o licenciamento da profissão requer ressalvas.
- (C) Reconhece que o licenciamento da profissão deve acontecer para todos os ofícios.
- (D) Admite que o licenciamento da profissão é pífio para todas as ocupações.

QUESTÃO 05

Em relação ao 9º parágrafo do texto, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) Não serão formados novos especialistas porque eles sentir-se-ão irresolutos a que conselho ou ordem devem contribuir.
- (B) A mentalidade cartorial-corporativista é muito efêmera para o brasileiro.
- (C) Com a inércia patrimonialista, os brasileiros produzirão novos e seguros especialistas sobre a que conselho devem amparar.
- (D) A extinção da exigência de diploma de jornalismo é apenas um passo para burocratizar o Estado.

QUESTÃO 06

Leia:

“(...) Pergunto-me como nossos **solertes** parlamentares puderam se esquecer de regular os ofícios de Papai Noel e das indispensáveis fadas. (...)”

O vocábulo que substitui adequadamente o que está destacado é:

- (A) Inexoráveis.
- (B) Sagazes.
- (C) Rigorosos.
- (D) Inflexíveis.

QUESTÃO 07

As expressões sublinhadas apresentam sua correspondência **CORRETA** em:

- (A) “(...) Pior, cuidaram para que a Lei Maior do país trouxesse um dispositivo que atua como impedimento a que o cidadão represente a si mesmo em juízo – erro lógico que nega o próprio conceito de cidadania. (...)” (= causa)
- (B) “(...) Talvez, se houvesse as disciplinas verdade I, II, III e IV, reconhecidas pelo MEC... (...)” (= concessão)
- (C) “(...) Afirmar, como se faz por aí, que escolas de jornalismo são garantia de bom comportamento moral no exercício da profissão faz tanto sentido quanto dizer que quem vai à missa não comete pecados. (...)” (= conformidade)
- (D) “(...) A perseverar a inércia patrimonialista, enquanto o mundo estiver produzindo nova e boa ciência, nós por aqui estaremos paralisados (...)” (= consequência)

QUESTÃO 08

Marque a alternativa em que todas as palavras são formadas pelo mesmo tipo de derivação:

- (A) Abalo, enfileirar, castigo.
- (B) Alistar, desalmado, empalidecer.
- (C) Jogador, boiada, infelizmente.
- (D) Incapaz, achatamento, refresco.

QUESTÃO 09

Marque a alternativa em que a forma verbal traduza um fato habitual, durativo, no pretérito:

- (A) Minha mãe possuía um excelente coração.
- (B) O fim não justifica os meios.
- (C) Se ela não tira o bebê depressa, seria uma tragédia.
- (D) Fora injustiça destituí-lo do cargo.

QUESTÃO 10

Observe:

“As moças **eram encantadoras.**”

Marque a assertiva cuja classificação do predicado seja idêntica da oração destacada:

- (A) Os inimigos chamaram-lhe traidor.
- (B) O tempo continua chuvoso.
- (C) Lentas e tristes, as pessoas iam passando.
- (D) O réu deixou a sala abatido.

QUESTÃO 11

Marque a alternativa em que a concordância nominal esteja **INCORRETA**:

- (A) Disse-me que não iria à festa, ainda que convidassem-na.
- (B) Não lhe pedirei nada até que retorne de sua viagem.
- (C) Calei-me para não contrariá-lo.
- (D) Nunca se queixa nem se aborrece.

QUESTÃO 12

Leia:

- I. Calçados _____ Luís XV.
- II. Peça desculpas _____ sua irmã.
- III. A concórdia une _____ nações.
- IV. Plantou videiras no pomar, _____ quais dedica muito carinho.

A sequência que preenche corretamente e respectivamente as lacunas é:

- (A) À, a, as, às.
- (B) A, a, as, às.
- (C) À, à, às, as.
- (D) À, à, as, as.

QUESTÃO 13

Sobre as figuras de linguagem, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) As sempre-vivas morreram. (Hipérbole)
- (B) Valentia covarde é assaltar e matar pessoas indefesas. (Pleonasmo)
- (C) Toda profissão tem seus espinhos. (Metáfora)
- (D) Sua voz doce e aveludada era uma carícia em meus ouvidos. (Antítese)

QUESTÃO 14

Quanto ao emprego dos numerais, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) Ambas as mãos estavam feridas.
- (B) Emprestei-lhe um mil e seiscentos reais.
- (C) Os dois milhões de moedas serão cunhados neste ano.
- (D) Na guerra, os meus dedos disparam mil mortes.

QUESTÃO 15

Marque a assertiva em que a concordância nominal esteja **CORRETA**:

- (A) Velhas revistas e livros enchiam as prateleiras.
- (B) Não havia provas bastante para condenar o réu.
- (C) Remeto-lhe, anexo, duas cópias do contrato.
- (D) Encontrei jogadas no chão o álbum e as cartas.

Prova de Conhecimentos Específicos Especialista Educacional

QUESTÃO 16

A Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, descreve, em seu artigo 21, a composição da educação escolar. Tendo como referência a Lei 9394/96, que define a composição da educação básica, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) A educação básica é formada pela educação infantil e ensino fundamental.
- (B) A educação básica é formada pelo ensino fundamental e ensino médio.
- (C) A educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.
- (D) A educação básica é formada pela educação infantil e ensino médio.

QUESTÃO 17

“A educação básica, no contexto atual, tem a função de garantir condições para que o aluno construa instrumentos que o capacitem para um processo de educação permanente.”

(Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF. 1997, p. 35).

Nesse processo de ensino e de aprendizagem é necessário que sejam explorados os aspectos abaixo descritos, **EXCETO**:

- (A) Desenvolvimento do espírito crítico.
- (B) Memorização em detrimento à compreensão.
- (C) Estímulo à autonomia do sujeito.
- (D) Verificação e compreensão de hipóteses.

QUESTÃO 18

“O planejamento das ações pedagógicas visa criar as melhores condições para que os alunos construam seus conhecimentos a partir de saberes socialmente elaborados com a mediação do Professor.”

(MORETTO, Vasco Pedro. Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 9)

São fatores básicos do planejamento, **EXCETO**:

- (A) Onde se pretende chegar.
- (B) Mecanismo de verificação.
- (C) Estratégias viáveis e favoráveis.
- (D) Desarticulação com o real.

QUESTÃO 19

“O currículo pode ser entendido como um elemento simbólico que expressa as intenções e representações da escola na produção de sua identidade cultural.”

(VEIGA, Ilma Passos A. (org.). Escola: espaço do Projeto Político Pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998, p. 81).

A elaboração de um currículo define:

- I. Conteúdos, programas e práticas pedagógicas.
- II. Papel dos agentes envolvidos no processo educativo.
- III. Articulação das áreas do conhecimento.
- IV. Aproveitamento do tempo escolar.
- V. Definição de normas e padrões de comportamento.

No que se refere à elaboração de um currículo, estão **CORRETOS**:

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Apenas os itens I, II, III, IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, III, IV, V estão corretos.
- (D) Apenas os itens II, III, IV, V estão corretos.

QUESTÃO 20

“O objetivo da inclusão é promover mudanças nas escolas e no sistema educacional como um todo, para responder a uma ampla gama de necessidades...”

(Minas Gerais, Secretaria de Estado de Educação. Projeto Incluir: cadernos de textos para formação de professores da rede pública de ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006, p.12).

Nesse contexto, é preciso reestruturar a escola regular. São características de uma escola regular inclusiva, **EXCETO**:

- (A) Projeto político pedagógico e oportunidades de acesso à cultura.
- (B) Uniformidade no processo avaliativo e currículo flexível.
- (C) Estrutura física e organização escolar adaptadas.
- (D) Capacitação do professor e diversificação da prática docente.

QUESTÃO 21

“Os parâmetros curriculares nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação (...) em todo o país. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no Sistema Educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros”

(Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF. 1997, p. 13).

Quanto à proposta dos PCN's, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Natureza aberta e inflexível que pretendem resolver todos os problemas que afetam a qualidade de ensino e da aprendizagem.
- (B) Modelo curricular homogêneo e impositivo que se sobrepõe à diversidade cultural das diferentes regiões do país.
- (C) Garantia de que sejam respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas.
- (D) Resultado de um processo autocrático, em todas as suas dimensões, envolvendo a contraposição de diferentes interesses e negociações políticas.

QUESTÃO 22

A avaliação passou a ter função mais ampla do que testagem. Buscava não apenas a medida de desempenho do estudante, mas também a qualidade dos conteúdos curriculares e o tipo de atividade desenvolvida.

“A avaliação que promove a aprendizagem do aluno e do professor e o desenvolvimento da escola é denominada de formativa.”

(VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. (Org.) Avaliação formativa: práticas inovadoras. Campinas, SP: Papyrus, 2011, p. 34)

Em relação à avaliação formativa podemos afirmar, **EXCETO**:

- (A) Fornece informações que permitem a reorganização do trabalho pedagógico em atendimento às diferenças individuais.
- (B) Propicia a utilização de todas as informações disponíveis sobre o aluno para assegurar a aprendizagem.
- (C) Permite ajustamentos sucessivos durante o desenvolvimento e a experimentação de um novo currículo ou método de ensino.
- (D) Apresenta perspectivas unilateral (somente o aluno é avaliado e apenas pelo professor), classificatória, punitiva e excludente.

QUESTÃO 23

A Constituição Federal (CF), em seu artigo 205, estabelece que *“a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”*

Dentre as afirmativas abaixo encontram-se os princípios básicos para o ensino no país. Marque **V** para as **VERDADEIRAS** e **F** para as **FALSAS**:

- () Unicidade de ideias e de concepções pedagógicas.
- () Valorização do profissional do ensino.
- () Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- () Gestão democrática do ensino público.
- () Garantia de padrão de qualidade.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo é:

- (A) F, V, V, V, V.
- (B) V, F, V, F, F.
- (C) V, V, F, F, V.
- (D) F, F, V, V, F.

QUESTÃO 24

A Lei 8069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e dá outras providências.

Em seu artigo 2º, o ECA, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, considera, sem as excepcionalidades, criança e adolescente para efeitos dela própria.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) Criança, pessoa de 12 anos de idade e adolescente aquela entre 12 e 16 anos de idade.
- (B) Criança, pessoa de 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade.
- (C) Criança, pessoa de 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 21 anos de idade.
- (D) Criança, pessoa de 12 anos de idade e adolescente aquela entre 13 e 21 anos de idade.

QUESTÃO 25

“A escola de qualidade não pode prescindir de procedimentos e instrumentos de gerenciamento, devendo ser administrada como uma organização viva e solidária, em seus objetivos, voltada para o atendimento das necessidades e expectativas de alunos, pais, comunidade e sociedade”

(MEC/FNDE/DIPRO/FUNDESCOLA. Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola: aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz. 3ª ed. Brasília, 2006, pág. 9).

Neste contexto, analise as proposições abaixo, relacionando-as ao Projeto Político Pedagógico (PPP) ou ao Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE).

1. Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE)
 2. Projeto Político Pedagógico (PPP)
- () Explicita os fundamentos teóricos metodológicos, os objetivos, o tipo de organização e as formas de implementação e avaliação escolar.
 - () É uma ferramenta gerencial utilizada com o propósito de auxiliar a escola a realizar melhor o seu trabalho: focaliza sua energia, assegura que sua equipe esteja trabalhando para atingir os mesmos objetivos.
 - () Processo de planejamento estratégico que a escola desenvolve para a melhoria da qualidade de ensino.
 - () É resultado de investigação e reflexão. Construído com base nas diferenças existentes entre professor, equipe técnico-administrativa e comunidade.
 - () Reflexão sobre a finalidade da escola e explicitação do seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos envolvidos no processo educativo.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo é:

- (A) 1, 1, 1, 2, 2.
- (B) 2, 1, 2, 1, 2.
- (C) 2, 1, 1, 2, 2.
- (D) 1, 1, 2, 2, 1.

QUESTÃO 26

A escola cumprirá seu papel/função social se ajudar a formar gerentes de informação: alunos capazes de estabelecer relações significativas entre os conteúdos novos, por processos mentais de comparação, de correlação, de aplicação, de análise, de síntese.

As afirmativas abaixo registram mudanças que a escola deverá realizar com vistas a alcançar objetivos relacionados ao seu papel transformador, **EXCETO**:

- (A) Escola com foco na aquisição de habilidades.
- (B) Escola com foco na aquisição de conteúdos.
- (C) Escola com foco na aquisição de competências.
- (D) Escola com foco na produção do conhecimento.

QUESTÃO 27

“A educação inclusiva é um projeto importante, mas incluir a criança não quer dizer apenas colocá-la na escola. Efetivar a inclusão depende da união entre escola, família, poder público, sociedade (...) da formação que o professor precisa para atuar profissionalmente com a criança, integrando-a na sociedade como pessoa que aprende e como cidadão.”

(Minas Gerais, Secretaria de Estado de Educação. Projeto Incluir: cadernos de textos para formação de professores da rede pública de ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006, p.19).

Para que as crianças deficientes tenham seus direitos assegurados, o Sistema de Ensino deve oferecer, **EXCETO**:

- (A) Professor com especialização adequada para atendimento à criança deficiente, exclusivamente nas escolas especiais.
- (B) Terminalidade específica para aquele que não puder atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental.
- (C) Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos.
- (D) Educação Especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida e na sociedade.

QUESTÃO 28

“A avaliação, para assumir o caráter transformador e não de mera constatação e classificação, antes de mais nada deve estar comprometida com a promoção da aprendizagem (e desenvolvimento) por parte de todos os alunos.”

(VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança. 3.ed. São Paulo, SP: Libertad, 1998, pág 17)

Neste contexto, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A Avaliação é o instrumento mais importante na construção do conhecimento, pois avalia o momento e não o processo.
- (B) A Avaliação é construída de forma desarticulada da metodologia de trabalho da sala de aula.
- (C) A avaliação não pode ser discutida de forma isolada de um projeto político pedagógico, inserido num projeto social mais amplo.
- (D) A Avaliação como instrumento de treinamento para exames e concursos.

QUESTÃO 29

Leia:



O processo de avaliação Simave/Proeb é realizado pela Secretaria de Estado de Educação, anualmente. A função principal desta avaliação é indicar caminhos possíveis para os professores superarem as dificuldades de aprendizagem diagnosticadas, com alternativas de intervenção didático-pedagógicas e orientar as escolas.

Boletim Pedagógico do Ensino Fundamental - Simave /Proeb

(Boletim Pedagógico de Avaliação da Educação; SIMAVE PROEB – 2009 Universidade de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAED, pág 9)

Tendo como foco o processo de avaliação Simave/Proeb, podemos afirmar, **EXCETO**:

- (A) A Matriz de Referência é formada por um conjunto de descritores que descrevem habilidades, explicitando os dois pontos básicos do que será avaliado: o conteúdo programático e o nível de operação mental desenvolvido no processo de aprendizagem.
- (B) No processo de avaliação Simave/Proeb os alunos respondem a testes de Língua Portuguesa e Matemática e questionários contextuais.
- (C) Proporciona conhecer especificamente os pontos fracos e fortes da aprendizagem dos alunos, propiciando fundamentação ao Plano de Intervenção Pedagógica (PIP).
- (D) A Matriz de Referência é um conjunto de indicações norteadoras de estratégias de ensino, substituindo os PCN's e os currículos.

QUESTÃO 30

“A construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) é um processo dinâmico e permanente, pois continuamente novos atores se incorporam ao grupo, trazendo novas experiências, capacidades e necessidades, assim como novos interesses e talentos, exigindo que novas frentes de trabalho se abram.

É um eterno diagnosticar, planejar, repensar, começar e recomeçar, analisar e avaliar.”

(VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Escola: espaço do projeto políticopedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 1998, pág. 183)

Tendo como referência a construção do PPP, marque **V** para as alternativas **VERDADEIRAS** e **F** para as **FALSAS**.

- () Eliminação das relações verticalizadas entre a escola e os dirigentes educacionais.
- () Realização de trabalho padronizado, repetitivo e mecânico, desconsiderando as diferenças entre os agentes educativos.
- () O currículo se restringe ao cumprimento das atividades do livro didático, que passa a ser utilizado como um fim e não um meio.
- () A elaboração do PPP possibilita aos profissionais da educação e aos alunos a vivência do processo democrático.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo é:

- (A) V, F, F, V.
- (B) F, F, F, V.
- (C) V, F, V, V.
- (D) F, V, V, F.



ANOTE AQUI AS SUAS RESPOSTAS PARA POSTERIOR CONFERÊNCIA.

Questão	Resposta	Questão	Resposta
Nº 01		Nº 16	
Nº 02		Nº 17	
Nº 03		Nº 18	
Nº 04		Nº 19	
Nº 05		Nº 20	
Nº 06		Nº 21	
Nº 07		Nº 22	
Nº 08		Nº 23	
Nº 09		Nº 24	
Nº 10		Nº 25	
Nº 11		Nº 26	
Nº 12		Nº 27	
Nº 13		Nº 28	
Nº 14		Nº 29	
Nº 15		Nº 30	

O gabarito oficial da prova de múltipla escolha será divulgado no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, após a sua realização, no órgão oficial do Município e no site <www.fgr.org.br>.

Comissão de Concursos FGR
concursos@fgr.org.br